



**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Fabiane Tejada da Silveira

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa
Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor
Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra
Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

*Representantes da Área das Ciências Exatas e da
Terra:* Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas:
Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e
Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias:
Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde:
Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e
Anelise Levay Murari

*Representantes da Área das Ciências Sociais
Aplicadas:* Daniel Lena Marchiori Neto
(TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e
Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas:
Charles Pereira Pennaforte (TITULAR),
Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da
Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes:
Lúcia Bergamaschi Costa Weymar
(TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João
Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda
Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel –
Profa. Beatriz Ana Loner*

Coordenadora:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof^ª Dra. Lorena Almeida Gill
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Prof^ª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof^ª Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFMS)

Prof^ª Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof^ª Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editoração e Capa: Ariane Regina Bueno da Cunha, Gabrielle Nogueira Oliveira e Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Companhia Fiação e Tecidos de Pelotas – RS .

Pareceristas ad hoc:

Ana Maria Sosa González – UFPel | Aristeu Lopes – UFPel | Carolina Bonilha – UFPel | Carolina Kesser – UFPel | Daniele Gallindo – UFPel | Elisiane Chaves – UFPel | Fernanda Fonseca Pereira – FURG | Hudson Carvalho – UFPel | Igor Simões – UERGS | Jonas Vargas – UFPel | Lennyse Bandeira – UFRJ | Lidianne Friderichs –

UFPel | Lisiana Lawson – FURG | Lorena Almeida Gill – UFPel | Márcia Chico – UFPel | Maria Clara Hallal – UFPel | Marislei Ribeiro – UFPel | Milena Ogawa – UFPel | Rita de Araujo Neves – FURG | Silvana Moreira – UFPel | Taiane Mendes - UFPel

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2021/1*

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online
Computer Library Center | Latindex | Livre:
Revistas de Livre Acesso | International
Standard Serial Number | Worldcat |
Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS -
CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

* obra publicada em agosto de 2021.



Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica.
Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
v.26/2, (jul. 2021). – Pelotas: Editora da UFPel, 2021.

1v.

Semestral

ISSN 2596-2876

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica.
Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

DOSSIÊ: HISTÓRIA DAS MULHERES E GÊNERO EM SUAS DIVERSAS ABORDAGENS

APRESENTAÇÃO

INTRODUCTION 7

DANIELE GALLINDO, ELISLANE CHAVES, SILVANA MOREIRA, TALANE MENDES

DISCUSSÕES SOBRE HISTÓRIA DAS MULHERES E GÊNERO

SEMPRE À MULHER, PELA MULHER: A COLUNA FEMINISMO NO JORNAL O PAIZ
(RJ) – 1927-1930 10

BEATRIZ BERR ELLAS, MÔNICA KARAWEJCZYK

O JULGAMENTO DA FAMÍLIA VANDEPUT: UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM DA
MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA SOBRE O INFANTICÍDIO DE CORINNE (1962) 27

BRUNA ALVES LOPES, FRANCIELI LUNELLI SANTOS

MULHERES E A MIGRAÇÃO: TRAJETÓRIAS E MOTIVAÇÕES DE MIGRANTES
NORDESTINAS NA CIDADE DAS AVENIDAS 43

BRUNO CÉZAR PEREIRA, ALEXANDRA LOURENÇO

PERCEPÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA A PARTIR DA ÓTICA DE
AGRESSORES DE MULHERES 62

ELISLANE MEDEIROS CHAVES

COMPREENDAMOS, PARTILHEMOS DOS SOFRIMENTOS DA MULHER ESCRAVA:
DUAS IRMÃS E O ABOLICIONISMO EM PELOTAS E RIO GRANDE (1880-1888) 80

ETLANE CARVALHO NUNES

CORPO(S) E SEXUALIDADE(S) NO CINEMA PORNOGRÁFICO NO CONTEXTO DA
DITADURA CIVIL MILITAR: PERCEPÇÕES A PARTIR DAS PORNOCHANCHADAS
(1969-1986) 97

GABBIANA CLAMER FONSECA FALAVIGNA DOS REIS

O RISO DA INFÂMIA: ESTUPRO NO DRAMA SATÍRICO CÍCLOPE DE EURÍPEDES
MATEUS DAGIOS 114

“ELA DIZ QUE OS HOMENS É QUEM SÃO ESCRAVIZADOS: ESTHER VILAR E AS
ORIGENS DO ANTIFEMINISMO COMO ‘GUERRA CULTURAL’” **130**

SILVIANA FERNANDES MARIZ

GÊNERO, TRABALHO, GUERRA E PAZ NO REINO UNIDO: O IMPACTO DA
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E DO IMEDIATO PÓS-GUERRA NA VIDA DAS
TRABALHADORAS BRITÂNICAS (1939-1951) **153**

THIAGO ROMÃO DE ALENCAR

ARTIGOS LIVRES

O PALHAÇO DE REIS FLUMINENSE E SUA MÁSCARA: PERFORMANCE, RITUAL E
RELIGIOSIDADE **175**

CAROLINA DA SILVA RODRIGUES

SANTUÁRIO DO CARAÇA: MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS LUSO-BRASILEIROS NA
HISTÓRIA DE MINAS GERAIS **188**

RUDINEY AVELINO DE CASTRO SILVA, JÚLIA CALVO

“ELA DIZ QUE OS HOMENS É QUEM SÃO ESCRAVIZADOS¹: ESTHER VILAR E AS ORIGENS DO ANTIFEMINISMO COMO ‘GUERRA CULTURAL’”

“SHE SAYS THAT MEN ARE THE ONES WHO ARE ENSLAVED: ESTHER VILAR AND THE ORIGINS OF ANTIFEMINISM AS A CULTURE WAR”

Silviana Fernandes Mariz²

Resumo: O presente artigo analisa, a partir dos livros *O Homem Domado* (1972) e *O Sexo Polígamo* (1974) de autoria da argentina Esther Vilar, o nascedouro do novo antifeminismo cujo florescimento ocorreu simultaneamente à "Segundo Onda" do movimento feminista, na década de 1970. Em um primeiro momento, apresento como esse antifeminismo emerge nos anos 1970, delineando suas especificidades no Brasil; para, em seguida, revisitar e analisar a produção bibliográfica de Vilar, fazendo uso também de entrevistas das quais participou, com a finalidade de identificar o nascimento de uma nova gramática antifeminista responsável por renovar, ainda que de modo histriônico e caricatural, os ataques ao feminismo e às suas adeptas.

Palavras-chave: Antifeminismo. Esther Vilar. Colonialidade de Gênero.

Abstract: This article analyzes, based on the books *The Manipulated Man* (1972) and *The Polygamous Sex* (1974) by the Argentine Esther Vilar, the birthplace of the new antifeminism whose flourishing occurred simultaneously with the "Second Wave" of the feminist movement in the 1970s. First, I present how this anti-feminism emerges in the 1970s, outlining its specificities in Brazil; then, I revisit and analyze Vilar's bibliographic production, also making use of interviews in which she participated, with the purpose of identifying the birth of a new anti-feminist grammar responsible for renewing, even if in a histrionic and caricatural way, the attacks on feminism and its supporters.

Keywords: Antifeminism. Esther Vilar. Gender Coloniality.

Introdução

Cada vez mais, têm sido publicados, no Brasil, estudos preocupados em compreender o antifeminismo como um fenômeno que vem acumulando espaço e visibilidade, sobretudo junto ao público jovem nas redes sociais e plataformas de compartilhamento de vídeos (ABREU, 2020; ANJOS, 2019; ZIMBERG, 2018; SILVA, 2017). No entanto, muito antes dessa onda antifeminista se espalhar nas redes sociais, estudos sobre esse fenômeno já buscavam compreender suas motivações e dinâmicas, cujo eco, anterior à massificação da internet, ressoava em jornais e revistas não especializadas na temática (SOUZA, 2019; MELLO, 2019); mas, que lhe asseguraram repercussão suficiente para que se perenizassem como narrativas legítimas de defesa de um modelo de feminilidade pautada, sobretudo, na ideia de uma domesticidade inata às mulheres.

As historiadoras Rachel Soihet (1997; 2005; 2008) e Maria Bernadete Ramos Flores (2004) foram responsáveis por evidenciar o debate carregado de preocupação pelo

¹ Título da entrevista concedida à jornalista americana Judith Weinraub por Esther Vilar ao *The New York Time* em 13 de junho de 1972. Cf.: VILAR, 1972b.

² Docente do Instituto de Humanidades na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), no Ceará. E-mail: silviana_mariz@unilab.edu.br.

surgimento e avanço desse tipo de discurso, até mesmo entre indivíduos e grupos considerados progressistas, como foi o caso dos integrantes do jornal *O Pasquim* (SOIHET, 2005). Ao chamar a atenção para as diferentes dinâmicas, expressões e perigos dessas vozes antifeministas, Soihet e Flores acabaram por contribuir para o surgimento de um nicho específico de investigação dentro do campo dos estudos da História das Mulheres e do Gênero no Brasil cujas pesquisas, a partir de abordagens interdisciplinares, têm focalizado as iniciativas, os movimentos e as ações que insistem na conservação do passado patriarcal brasileiro através da manutenção de sua sustentação e reprodução com base na fixação da mulher no lugar de subalternidade concebido como expressão de sua condição biológica inata como par complementar natural do homem.

Entendendo, portanto, a historicidade desse fenômeno, buscamos, neste artigo, identificar, a partir da análise crítica ao trabalho da socióloga argentina Esther Vilar (1972a; 1974b), as raízes de um antifeminismo que, cada vez mais, deixa de ser monopolizado por vozes masculinas e passa a despontar como reivindicação de mulheres defensoras, no campo econômico, de pautas decorrentes do liberalismo, e no campo político-ideológico, de uma agenda conservadora que, somadas, vão ao encontro de diferentes movimentos de reinvenção e popularização da direita política pelo mundo afora, mas cujo epicentro, a partir da década de 1970, passa a ser os Estados Unidos (QUADROS, 2014).

Esther Vilar viria a se consagrar como uma das primeiras e mais hostis “intelectuais antifeministas”, conhecida mundialmente durante a década de 1970, mas que se viu reduzida ao esquecimento de uma audiência mais ampliada, ficando restrita aos circuitos antifeministas e masculinistas³ onde é possível ter acesso livre e gratuito, na internet, a suas obras, e em especial à “O Homem Domado”. Mesmo que permeado de distorções e negacionismos históricos, há o risco da popularização de suas afirmações que, por força de incessantes repetições, podem se firmar como verdades quando, de fato, são instrumentos ideológicos de uma “guerra cultural”⁴. Se, hoje, Esther Vilar tem seu nome esquecido pela academia brasileira; ela tem, no entanto, permanecido popular entre os diferentes círculos antifeministas.

Assim, as “teses” de Vilar, em grande medida, foram conservadas, atualizadas e replicadas por intelectuais como é o caso de Camille Paglia (2001). No Brasil, desde a década de 1990, quando publicou “Personas Sexuais”, muito tem se reconhecido nesta escritora uma

³ Cf. <https://masculinistaopressoroficial.files.wordpress.com/2018/08/o-homem-domado-esther-vilar.pdf>

⁴ A expressão “guerra cultural” é utilizada neste artigo como um conceito “nativo” da direita política que expressa o sentido

de uma tática *sui generis* de disputa por hegemonia na sociedade civil, desenvolvida por uma apropriação do legado de Antonio Gramsci a partir da extrema direita ou direita iliberal francesa, deitando raízes especialmente na produção de Alain de Benoist e seu “gramscismo de direita” (BENOIST, 1979; cf. também <https://jacobin.com.br/2020/04/os-inimigos-de-gramsci/>). Ela expressa um deslocamento analítico em que as causas explicativas para os conflitos nacionais de um Estado, em seus contextos externos, mas até mesmo internos, deixam de repousar em fatores econômicos da exploração das forças de trabalho e passam para o domínio das diferenças político-ideológicas, agora entendidas em suas dimensões culturais e em termos de critérios de raça/etnia/cor; sexualidade/gênero; e, religiosidade. Cf. SANTOS, 2021.

das principais responsáveis pelas ondas antifeministas que, vêm, recentemente, agitado debates contrários às feministas em diferentes países, incluindo o próprio Brasil (SCHIMIDT, 2006). Em seus livros e através de suas repetidas entrevistas em jornais e programas para canais de televisão brasileira, como o jornal Folha de São Paulo e TV Cultura⁵, muito do que Paglia defende nada mais é do que atualizações da obra de Vilar (1972a; 1974a). Se Paglia é menos misógina que Vilar, esta diferença, no entanto, não oblitera as notáveis aproximações entre ambas, pois os pontos de encontro são notórios.

Se Paglia, por um lado, considera que “as feministas grosseiramente simplificam demais o problema do sexo quando elas o reduzem a uma questão de convenção social” (PAGLIA, 2001, p. 12) e, por outro, entende que “os homens são anatomicamente destinados a serem projetores” (idem, p. 22), repousando aí a razão para a dominação masculina nos campos da arte, da ciência e da política; Vilar (1974a), antes, propunha uma análise das relações afetivas e sexuais entre homem e mulher como mera expressão de seus instintos biológicos. Se Paglia (2001) atribui aos homens o arquétipo “apolíneo” para justificar as suas conquistas artísticas, científicas e políticas, e às mulheres o arquétipo “dionísio” para explicar a sua natureza telúrica presa à terra e à natureza; Vilar antecipa que “o ambiente humano permite-nos a escolher entre uma existência mais animalésca [...] e uma superior, mais espiritual. A mulher escolhe, sem hesitação, a primeira. Bem-estar do corpo, um ninho e a possibilidade de observar, sem obstáculos. As normas de criação de sua ninhada, são, para ela, o máximo.” (VILAR, 1972a, p. 19).

Adicionalmente, ambas recorrem a repertórios artísticos e culturais, tanto da literatura e da pintura erudita, quanto da cultura *pop* como fontes de investigação e de afirmação das supostas naturezas femininas e masculinas, a exemplo do estereótipo da mulher “vamp” popularizado pelo cinema hollywoodiano da década de 1920 (VILAR, 1974, p. 17; PAGLIA, 1994). Ambas defendem a pornografia: Paglia a defende como forma de arte (PAGLIA, 2001, p. 33); Vilar como “forma extrema de amor de conveniência” (VILAR, 1974a, p. 19). Se Paglia defende que, ao se deixar influenciar por feministas “as mulheres infantilizam-se quando transferem a responsabilidade de seus encontros sexuais para os homens” (PAGLIA, 2008, p. 20-21); Vilar denominava as próprias feministas de “crianças públicas” a quem não se podia responsabilizar por causar mal às mulheres (VILAR, 1974a, p. 128). Por fim, ambas compartilham da mesma visão sobre o sexo como um ato

⁵ Camille Paglia já foi entrevistada por jornalistas e programas conceituados no Brasil, a exemplo do jornalista carioca Pedro Bial a quem concedeu entrevista em 2018 (Cf. <https://globoplay.globo.com/v/6901461/>); no ano anterior, em 2017, foi entrevistada pelo programa Saia Justa do canal por assinatura GNT (Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=A3Y0KXFAJv8>) e em 2015 participou da edição especial Roda Viva Internacional como entrevistada solo (Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=KIYR1isM2o8>). Além disso, Paglia acumula uma infinidade de entrevistas para jornais como Estadão (Cf. <https://estadodaarte.estadao.com.br/educacao-genero-e-liberdade-de-expressao-entrevista-com-camille-paglia/>); Gazeta do Povo, em que foi resenhada por um articulista (Cf. <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-realismo-sexual-de-camille-paglia-4j2h9cqetqex1qmasma5qc8g/>) e pelo caderno especial Folha Ilustrada do jornal Folha de São Paulo (https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/04/1619320-nao-publicar-entrevista-camille-paglia-fronteiras-do-pensamento.shtml).

marcadamente eivado por violência, “normalmente uma espécie de luta corpo-a-corpo” (VILAR, 1974a, p. 17) ou uma espécie de “escravidão dionisíaca de prazer-dor” em que “o estupro sempre será um perigo presente” (PAGLIA, 2001, p. 28).

Recentemente, a atualização da obra de Esther Vilar ganhou nova força ao ser elogiada no livro “Feminismo: perversão e subversão” (CAMPAGNOLO, 2019) que traz, desde a sua introdução, elogios explícitos ao livro “O Homem Domado”, considerado pela autora como “uma nova abordagem para a guerra dos sexos” (idem, p. 31). Em sua perspectiva, a socióloga argentina, “apesar” de não ser cristã, “não deixa, no entanto, de descrever a realidade secular com uma precisão cirúrgica no tocante à maneira como as mulheres obtêm vantagens do trabalho, dinheiro e tempo dos homens” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 337)⁶. Campagnolo, com isto, só confirma o seu lugar de fala como mulher branca, euramericana e de classe média, que, a despeito de todo o acúmulo intelectual crítico aos colonialismos, prefere operar com o mesmo quadro interpretativo do início da década de 1970⁷.

A escolha dos textos de Esther Vilar como objeto de reflexão se justifica, portanto, com base na forma perene como suas “teses” são reatualizadas por antifeministas, mesmo quando ela não é citada direta e nominalmente. Em termos metodológicos, optamos por nos ancorar na análise de conteúdo, como técnica hermenêutica de comunicações, seja livros, artigos, entrevistas ou debates, através da qual se realiza a interpretação do sentido de palavras e de temas-chave (como “sexo, cultura e natureza”, “liberação sexual”, “casamento”, “poligamia” e “aborto”) buscando localizar conteúdos manifestos e latentes, bem como produzir inferências⁸ capazes de situar sua produção no âmbito de um *corpus* antifeminista de mais longa duração (BARDIN, 1977).

Dito isto, num primeiro momento, apresentamos um panorama geral da emergência de vozes antifeministas no Brasil ao mesmo tempo em que analisamos as especificidades desse fenômeno refratário ao avanço do feminismo no Brasil para, finalmente, revisitarmos a exígua, mas perene, obra de Vilar, responsável por fornecer uma gramática antifeminista que renovou, ainda que de modo histriônico e caricatural, os ataques

⁶ Em momento algum, Campagnolo (2019) ensaia qualquer crítica à obra de Vilar que, após o debate no canal de TV alemã, DWR, continuou a publicar livros, mas sem mais granjear qualquer tipo de reconhecimento ou notoriedade. O que Campagnolo faz é nada mais do que se apropriar de uma única obra de Vilar naquilo que lhe interessa, a saber, confirmar o seu próprio antifeminismo buscando em obras relativamente renomadas escora intelectual.

⁷ E quanto ao livro da própria Campagnolo? Em resumo, a obra é um engodo intelectual, marcado pela recuperação do mito da boa família conservadora heterossexual cristã, em que não há violência doméstica e a esposa é feliz por assim ter se tornado: esposa. Ao invés de apresentar dados estatísticos sobre a qualidade de vida das mulheres casadas no Brasil, a inexistência de violência de gênero; a autora simplesmente se lança à ocupação mais simples: a de traçar uma metanarrativa distorcida com base nas obras de feministas renomados internacionalmente. De modo geral, é um livro a ser lido. Lido e criticado, pois nem sempre o silêncio é a melhor resposta.

⁸ “O ato de inferir significa a realização de uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (BARDIN, p. 1977, p. 39).

ao feminismo e às suas adeptas.

Feminismo e Antifeminismo: duas faces da mesma moeda?

De acordo com Alfrancio Ferreira Cruz e Maria Helena Santana Dias (2015), dado o fato de estarem necessariamente imbricados do ponto de cronológico e histórico, só é possível definir antifeminismo se, antes, compreendermos o que é o próprio feminismo. Costumeiramente vistos como mero avesso um do outro, é preciso, contudo, assinalar que ataques e zombarias, para fins de ridicularização e rebaixamento público das mulheres, sempre existiram, mesmo antes do advento do feminismo⁹ como movimentos de ideias e ações, teórica e politicamente referenciadas no ideal da igualdade e da emancipação feminina.

Tal afirmação implica, então, no entendimento de que, se tomamos a publicação da obra da filósofa Mary Wollstonecraft, “Reivindicação dos Direitos da Mulher”, de 1792, como “documento fundador do feminismo” (MORAES, 2016, p. 7), significa que, anterior a essa data, discursos e narrativas de ataques contra as mulheres já eram pronunciados publicamente, seja de forma anônima ou por uso de pseudônimos, seja por filósofos renomados como Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant que, antes mesmo de Wollstonecraft, publicaram, respectivamente, “Emílio, ou Da Educação” (1762) e “Observações sobre o sentimento do belo e do sublime” (1764) onde expunham e defendiam suas crenças a respeito da relação entre os sexos, de modo geral, e sobre qual deveria ser o papel da mulher, em particular. É deles, por exemplo, o entendimento de que “se a mulher é feita para agradar e ser subjugada, ela deve tornar-se agradável ao homem ao invés de provocá-lo” (ROUSSEAU, 1995, p. 424) e de que “o conteúdo da grande ciência feminina é, antes, o ser humano, e, dentre os seres humanos, o homem, e sua filosofia não consiste em raciocinar, mas em sentir.” (KANT, 2020, p. 36 – 37)

Para Soihet, portanto, “a utilização da zombaria, ridicularizando-se as mulheres, como freio para os possíveis desequilíbrios de poder entre os sexos constitui-se em algo habitual, perdendo-se na sua longa duração” (SOIHET, 2005, p. 592), e, segundo a autora, desde a Grécia Antiga já se manifestavam expressões jocosas e aviltantes para se referir às mulheres, como na comédia “Assembleia de Mulheres” de Aristófanes. Já na modernidade, ela destaca Molière e sua peça “Preciosas Ridículas” em que a ridicularização das mulheres é feita em torno do menosprezo de suas capacidades intelectuais.

Contudo, reconhecer a existência remota dessas manifestações contrárias às

⁹ Entendemos por feminismo um conjunto plural de práticas, reflexões e ações pautadas pelo ideal da luta pela igualdade entre homens e mulheres como sujeitos históricos produtores de experiências significativas para a construção das sociedades e que implica necessariamente na superação das estruturas de dominação e opressão contra as mulheres ancoradas em critérios de hierarquização social tomados, sobretudo, nas sociedades ocidentais pós-coloniais, como dispositivos de governabilidade de corpos, sendo eles os principais: raça/cor, sexualidade/gênero, classe e idade. Dito isto, compreendemos que não é possível falar de um único feminismo, homogêneo e harmônico; mas, de vários feminismos cujo ponto central é a luta pelo fim da opressão feminina. Cf. hooks, 2019.

mulheres não implica em obliterar as especificidades que tais práticas passam a acumular após o advento do feminismo; pois, à medida que as mulheres começam a se organizar politicamente e a se engajar de forma sistemática numa dupla frente marcada, de um lado, por protestos nas ruas e, de outro, pela publicação de suas teorizações político-filosóficas; mais e mais o que, até então, era instrução propedêutica e/ou galhofa também passou a adquirir tons mais agressivos.

Com isto, é possível afirmar que, a partir da emergência do feminismo como um movimento político e intelectual protagonizado por mulheres, as ações reacionárias também foram se avolumando e ganhando novos contornos, promovendo inclusive um deslocamento de vozes e lugares de enunciação contra um novo alvo, mais visível e menos abstrato: as feministas ou “O” feminismo; pois, se ao longo dos incontáveis séculos, eram as mulheres, de modo geral, que sofriam ataques e troças, a partir da constituição do feminismo, a sua contraparte reacionária e conservadora faz das feministas o seu alvo específico para o qual suas diatribes passam a ser sistematicamente direcionadas. Por outro lado, se até a década de 1970, o mais corriqueiro era encontrar homens se pronunciando contrariamente às conquistas e às pautas feministas, enunciando, de modo difuso, em jornais e revistas, o seu inconformismo; a partir, sobretudo da década de 1970, a autoria dos ataques proferidos contra as mulheres e as feministas, em particular, passa a ser assinada por outras mulheres que o fazem de “cara lavada”, sem recorrer ao uso de pseudônimos.

Ironicamente, como consequência da própria luta feminista, o lugar de enunciação desses ataques foi, cada vez mais, migrando dos ambientes jornalísticos e publicitários (jornais, revistas femininas, canais de televisão e estações de rádio) e passou a ganhar auditórios e corredores das universidades (FALUDI, 2001; HAMMER, 2002), ou seja, se com o feminismo surgiu a figura da intelectual especialista no estudo da história e das lutas das mulheres; por outro lado, fez surgir também a sua contraparte: a intelectual antifeminista, pretensamente especializada em “desmascarar” e “combater” o feminismo através de contranarrativas, muitas vezes, ancoradas na simples negação e na reivindicação de um retorno a um passado mítico em que as mulheres seriam mais felizes por simplesmente cumprir com as injunções de sua natureza, a saber, a de servir a sociedade através do binômio “casamento-maternidade”.

Nesse cenário em que se observa o avanço da feminização desse fenômeno, Soihet (2008), por exemplo, não acredita que o antifeminismo seja adotado apenas por mulheres pertencentes a segmentos mais populares da sociedade. Para ela, mas também para Susan Faludi (2001), resguardadas as devidas proporções de comparação, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, a adesão de mulheres ao antifeminismo pressupõe não apenas uma abordagem analítica a partir de suas condições econômicas; mas, a partir de um enfoque que compreenda as dinâmicas de (re)produção das relações de dominação e de construção de hegemonia de grupo.

Se, nos Estados Unidos, vários fóruns, redes e associações defensoras de pautas antifeministas, a exemplo da *Network for Empowering Women* (NEW) – em evidente afronta ao coletivo feminista NOW – *National Organization for Women* que entre suas fundadoras figurava

Betty Friedan – foram criados por mulheres declaradamente antifeministas, como a escritora Carrie Lukas¹⁰; no Brasil, Soihet (2005; 2008) demonstra, a partir da análise do jornal *O Pasquim*, o quanto as mulheres brasileiras, em especial aquelas oriundas das classes médias nacionais, assumiam abertamente opiniões antifeministas ao serem entrevistadas. Entre elas, a autora destaca Adalgisa Néri, renomada poetisa do modernismo brasileiro e jornalista, que dizia “achar horrroso ser feminista” (SOIHET, 2008, p. 193); Daniela Thomas, cineasta e diretora teatral, que admitia não se sentir representada pelas feministas; Cora Ronái, jornalista e fotógrafa brasileira que corroborava com a opinião de sua colega cineasta, complementando que “a gente não pode deixar que as feministas ocupem todos os espaços falando em nome da gente” (idem, p. 196); e Neusinha Brizola, cantora e compositora, mas mais conhecida por ser filha do político e ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola – ao *O Pasquim*, Neusinha admitiu que “ir pra rua pregar o feminismo é coisa de sapatão” (SOIHET, 2008, p. 196).

Assim, resguardadas as devidas comparações entre contextos tão diferentes, é possível apontar que, em comum, todas essas mulheres, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil, possuem o fato de compartilharem da mesma rejeição ao feminismo por ele ser visto como “coisa de sapatão” e de “pessoas que se vitimizam” (SOIHET, 2008). No entanto, Adalgisa Néri, Daniela Thomas, Cora Ronai, entre outras, ao mesmo tempo, reconheciam a importância da independência feminina através do trabalho e da educação – o que leva Soihet (2008) a se perguntar: o que motiva, então, essas mulheres, pertencentes à classe média e intelectualizadas, a investir e assumir posicionamentos antifeministas?

Apoiando-se em Pierre Bourdieu e em Roger Chartier, a autora (Soihet, 2008) convida a refletirmos sobre o machismo como um exercício exitoso de “violência simbólica” cujas dinâmicas de funcionamento se assemelham às mesmas do racismo, ou seja, operando na produção não apenas de camadas de dominação e exploração material, mas também mental. Logo, o machismo, como ideologia de poder, produz tanto a figura do opressor, quanto a do oprimido que, uma vez nessa posição, tende a se esforçar para corresponder às expectativas de quem lhe subjugou, assumindo e reforçando o seu discurso e as suas práticas. Nesse sentido, ao invés de a mulher entender os processos de subordinação a que está submetida e se esforçar para superá-los; quando referenciada política e intelectualmente em valores conservadores, ela tenderá a reforçá-los, buscando acomodação ao contexto de opressão, de modo a tentar barganhar o máximo de vantagens e benefícios que avalie ser possível a submissão produzir.

Nesta lógica interpretativa, não causa surpresa o alinhamento ao antifeminismo por parte de mulheres oriundas das classes médias com perfil socioeconômico privilegiado em que, muitas vezes, são altamente escolarizadas. Na verdade, o seu pertencimento de classe é o que aponta para o seu engajamento político, ou seja, na condição de indivíduos em movimento de ascensão social, muitas dessas mulheres que, a partir da década de 1970, se

¹⁰ Ativista do Partido Republicano, autora do best seller *The Politically Incorrect Guide to Women, Sex and Feminism* (LUKAS, 2006), tornou-se presidente da IWF – Independent Women’s Forum, que foi fundado em 1992. Cf. <https://www.iwf.org/people/carrie-lukas/>.

assumem declaradamente como antifeministas, trazem consigo a revelação de seu pertencimento político-ideológico, expondo também as suas vinculações de ordem moral.

Portanto, ao se autodefinir como antifeminista, se está dizendo muito mais de si mesma do que simplesmente anunciar o seu descrédito ou o seu desprezo pelas pautas feministas. Não é à toa que muitas das mulheres, cujas falas Soihet (2008) analisa criticamente, admitem concordar com boa parte das reivindicações e das conquistas encampadas a partir dos movimentos feministas. A discordância e a vocalização da ruptura em relação ao feminismo só emergem quando as pautas esbarram em questões com apelo moral, sobretudo aquelas que dizem respeito à sexualidade e à reprodução feminina. Enquanto se está no campo das lutas e das conquistas políticas e econômicas, como o direito ao voto, à educação e ao trabalho formal, as divergências pouco aparecem, mas ganham vultosos contornos quando o assunto é liberação sexual, casamento e aborto (FALUDI, 2001; HAMMER, 2002; SOIHET, 2008).

Dito isto, é possível, agora, delinear o que compreendemos por antifeminismo: um movimento de ideias e ações politicamente referenciadas, contemporâneo especialmente do chamado “feminismo de segunda onda”¹¹. O seu nascedouro, portanto, não é recente; no entanto, apesar de se preservar a partir da repetição das mesmas reivindicações, por sua abrangência, agentes e lugares de enunciação vem, a cada década, diferenciando-se e multiplicando-se em grupelhos que se dividem, pelo menos, com base em dois alinhamentos ideológicos gerais (quando não se encontram ambos mesclados, ainda que de modo contraditório e, portanto, confuso), a saber, um de viés religioso e outro, de natureza política.

Desse modo, temos, por um lado, vozes antifeministas orientadas pelas tradições religiosas do cristianismo, sobretudo das igrejas e dos movimentos cristãos de renovação como a pentecostal, a neopentecostal e os grupos carismáticos católicos; e, de outro, antifeminismos mais identificados com as pautas liberais, defensores do individualismo, da não intervenção do Estado, sobretudo em pautas consideradas “íntimas e pessoais” e não públicas e políticas, a exemplo de assuntos ligados à sexualidade, reprodução, mas, até mesmo ao ensino público entendido tão somente como instrumento de escolarização e não de educação, atribuição vista como sendo exclusiva da família – neste sentido, defendem que o Estado não tem o direito de gerir a educação sexual na escola, por exemplo. É exatamente neste ponto em que os dois grupos superam suas aparentes contradições e conseguem forjar alianças contra aquele que passa a ser visto como o inimigo comum e singular: o feminismo.

Assim, apesar de reconhecer o valor das conquistas alcançadas pelas mulheres no século XIX, muitas dessas intelectuais conservadoras, liberais e cristãs, encontraram-se predispostas, por seu alinhamento político-ideológico e moral, a condenar o feminismo por sua aproximação às correntes teóricas progressistas, por elas generalizadas como sendo todas

¹¹ Genericamente, entende-se por “feminismo de segunda onda” aquele encampado entre os anos de 1960 e 1980 e marcado por debates e reivindicações nos campos da sexualidade; da família; dos direitos reprodutivos; da conjugalidade; da violência contra as mulheres, em especial o estupro; e das desigualdades no mercado de trabalho formal. Para uma visão crítica desse período, cf. HEMMING, 2009.

“de esquerda”. O entendimento geral é o de que o saudoso movimento liderado por mulheres como Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony teria sido traído pelas “novas feministas” que, por terem se deixado “contaminar” pelo pensamento de Marx, Engels, Freud, Sartre e Foucault, teriam feito com que a luta das mulheres deixasse de ser genuinamente “feminina”, para tornar-se masculina; e, pior ainda, teriam promovido o seu envolvimento à esquerda em favor do comunismo e do socialismo, vistos como o grande mal da humanidade (SOMMERS, 1994).

Convictas, então, de que o problema não estava na organização feminina em si, mas no feminismo, em particular, muitas dessas mulheres vão investir na manutenção do uso do termo, adicionando-lhe complementos para formar antíteses. Logo, muitas vão se identificar, por exemplo, como sendo adeptas de um suposto “feminismo de direita” em oposição a um “feminismo de esquerda”, visto como radical, masculino, autoritário, “coisa de sapatão” (SOIHET, 2005; 2008). Deste modo, na verdade, o que se passa a ter é uma multiplicidade de designações para se referir aos movimentos e às pessoas que se identificam com as agendas antifeministas, a saber, femismo, feminismo feminino, antifeminismo feminista (há também o contrário, feminismo antifeminista), pós-feminismo, feminismo dissidente, feminismo libertário, feminismo essencialista, entre várias outras denominações (HAMMER, 2002).

Conforme demonstram Faludi (2001) e Hammer (2002), apesar de aparente diversidade, por pauta central, o que se tem, de modo geral, é o combate ao feminismo através da rejeição de suas principais teses, ou seja, a relativização da violência contra as mulheres, sobretudo do estupro e do feminicídio; a negação da existência da opressão masculina contra as mulheres; e, por fim, a defesa de que as mulheres não precisam mais de movimentos de luta por emancipação, pois já seriam suficientemente emancipadas através das conquistas do direito ao voto, da inserção no mercado formal de trabalho, do acesso aos sistemas de educação e de saúde responsáveis por lhes assegurar o conhecimento e o amparo necessários a sua independência profissional e pessoal. Dito isto, e a despeito de sua grande variedade designativa, é possível sumarizar os antifeminismos como movimentos de negação às pautas e à agenda feministas, e, portanto, de defesa da ideia de que a única diferença entre homens e mulheres repousaria em suas dimensões biológicas, inexistindo qualquer outra forma de desigualdade¹².

Geralmente tendo sua genealogia interpretada de modo difuso, não raro encontramos quem ou identifique a sua emergência como sendo datada desde o surgimento do feminismo no século XVIII e, nesse caso, o antifeminismo é visto como mero contramovimento; ou quem assinale o seu florescimento nos contextos pós-1990, com a ascensão de governos (neo)liberais em diferentes países pelo mundo afora (HAMMER, 1992). Contudo, segundo orienta Faludi (2001), é preciso compreender as peculiaridades que particularizam um novo tipo de antifeminismo, que a autora denomina por contra-ataque

¹² A defesa de tais pressupostos é encontrada em diversas antifeministas, desde a própria Esther Vilar (1972a; 1974a) até Camile Paglia (1991; 2008) passando por Sommers (1994), Lukas (2006) e Campagnolo (2019).

(*backlash*) e cujo “avanço mais recente veio à tona no fim dos anos 70 entre as fileiras da direita evangélica.” (FALUDI, 2001, p. 18). A dificuldade em localizar sua genealogia, possivelmente, repouse em suas próprias características que, segundo Faludi, apesar de serem muitos os ataques antifeministas, eles, no entanto, não são coordenados e, portanto:

Não é uma conspiração, com um conselho emanando ordens de uma sala de controle central, e as pessoas que se prestam aos seus fins muitas vezes nem estão conscientes dos seus papéis; algumas até se consideram feministas. Na maioria dos casos, as suas maquinações são disfarçadas e ocultas, impalpáveis e camaleônicas. E tampouco podemos dizer que todas as manifestações do *backlash* tenham o mesmo peso e o mesmo significado; muitas não passam de coisas efêmeras, geradas por uma máquina cultural que está continuamente à cata de "novos" ângulos. Considerados em conjunto, entretanto, todos estes códigos e bajulações, estes murmúrios e ameaças e mitos, levam irreversivelmente numa única direção: tentar mais uma vez prender a mulher aos seus papéis "aceitáveis" - seja como filhinha de papai ou criaturazinha romântica, seja como procriadora ativa ou passivo objeto sexual (FALUDI, 2001, p. 21).

Assim, conforme afirma Faludi (2001), muitas manifestações antifeministas “não passam de coisas efêmeras” que, no entanto, não são inócuas; pelo contrário, mesmo efêmeras, são responsáveis por semear e contribuir para o enraizamento ainda mais profundo de valores patriarcais.

Evidência do antifeminismo como fenômeno produzido em resposta reacionária ao movimento feminista da década de 1960, temos a produção intelectual da socióloga argentina, Esther Vilar, que, em 1971, teve sua estreia no nascente mercado editorial antifeminista com o livro “O Homem Domado”, onde expôs incontáveis digressões a partir da relação homem-mulher, ao longo de 22 curtos capítulos. Em 1974, ela dá continuidade à sua primeira investida e lança “O Sexo Polígamo: o direito do homem a duas mulheres”. Também entrevistada pelo jornal *O Pasquim*, sobre ela Soihet apresentou a seguinte descrição:

Outras mulheres entrevistadas assumiram, igualmente, discursos que garantiam a desigualdade entre os gêneros, referendando os preconceitos acerca das mulheres, particularmente de sua inteligência. Esse é o caso da argentina Ester [sic] Vilar, casada com um filósofo alemão, que apresenta posições das mais misóginas, chegando a alcançar um tom caricatural (SOIHET, 2005, p. 599).

Na próxima seção, em cotejo com depoimentos e entrevistas, analisamos as duas obras mais conhecidas da socióloga argentina que, durante a década de 1970, viria a se consagrar como uma das primeiras e mais hostil “intelectual antifeminista” conhecida mundialmente e cujas obras têm sido requeentadas recentemente (CAMPAGNOLO, 2019).

“Os Homens querem ser Escravos das Mulheres”: misoginia e colonialidade de gênero¹³ em Esther Vilar.

Nascida em 1935, em Buenos Aires, filha de refugiados alemães, Vilar graduou-se em medicina, tendo, depois de conseguir uma bolsa de estudos na Alemanha, também obtido formação em sociologia (VILAR, 1972b, s/p). Apesar de, na época do lançamento do livro "O Homem Domado" (Vilar, 1972a), ela ter alcançado notoriedade, sendo entrevistada por diferentes jornais e programas de entrevistas em diferentes canais de TV tanto na Alemanha, como nos Estados Unidos, pouco se sabe sobre sua trajetória, seja pessoal, acadêmica ou profissional. Em 1971, quando o livro veio à lume, Vilar trabalhava como tradutora, ao mesmo tempo em que cuidava de seu filho, à época, com 8 anos e se dedicava à escrita. Em entrevista ao jornal *The New York Times*, em junho de 1972, ela admitiu estar desenvolvendo um estudo sobre “o deleite do homem na não liberdade”, sendo “O Homem Domado” parte integrante dessa pesquisa (VILAR, 1972b, s/p).

No entanto, e de modo geral, poucas são as informações disponíveis sobre a sua biografia. Na época, por proclamar abertamente que, na verdade, nas sociedades ocidentais industrializadas, são os homens que são escravizados pelas mulheres, ela recebeu uma saraivada de críticas, não apenas por parte de feministas, mas da própria mídia que, apesar de inicialmente ter lhe assegurado certa visibilidade, terminou por também aquiescer às reprovações devidamente assinaladas por feministas. a exemplo de Germaine Greer e de Alice Schwarzer.

Publicado originalmente, em 1971, na Alemanha, sob o título *Der Dressierte Mann*, o livro de estreia de Esther Vilar foi rapidamente traduzido para mais de 18 países, a exemplo de Grécia, Turquia, Islândia, Portugal, Espanha e Estados Unidos. No Brasil, ele foi lançado pela Editorial Nórdica¹⁴, do Rio de Janeiro, sob o título “O Homem Domado” e, aqui, assim

¹³ Por colonialidade de gênero, entendemos, conforme preceitua Lugones: "Ao produzir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. (...) Deste modo, 'colonialidade' não se refere apenas à classificação social. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior, dessas relações intersubjetivas. Dito de outro modo, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, a autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade. (LUGONES, 2008, p. 79).

¹⁴ A editorial Nórdica foi fundada em 1970, no Rio de Janeiro, e se tornou popular por ter publicado obras de diferentes autores/autoras das mais diferentes áreas, desde autoajuda até literatura. Em seus próprios termos: "Em quase 30 anos de existência, a Nórdica editou mais de 600 títulos, sendo de destacar a publicação de biografias, desde Liv Ullmann a Woody Allen, passando por Dina Sfat, Elis Regina, Greta Garbo, Ingrid Bergman etc. A Nórdica tem também uma consagrada coleção de livros infanto-juvenis, todos adotados nas escolas brasileiras. Em ficção, tem romances para todos os gostos, desde os policiais, verdadeiros *best-sellers*, até os textos mais introspectivos, futuros clássicos da literatura brasileira. Para os interessados em temas atuais e/ou polêmicos, oferece o que há de melhor no mundo sobre economia, negócios ou jornalismo. Finalmente, seguindo uma tendência mundial relacionada com a Nova Era, lançou uma ótima coleção de livros introdutórios às mais variadas vertentes, uma coleção de 'ABCs' que se consagrou como a melhor do mercado." Cf. <http://www.editoras.com/nordica/edit051.htm>.

como nos demais países onde foi lançado, tornou-se popular. Publicado em formato de livro de bolso, a proposta era oferecer uma leitura rápida ao leitor comum, sem muito conhecimento acadêmico especializado. O objetivo, ao que parece, foi atingido, pois as estimativas, na época, indicavam que sua vendagem havia alcançado mais de 2 milhões de exemplares (VILAR, 1974a).

Ancorado na controvérsia fácil, “O Homem Domado”, de fato, é um livro simples, recheado de ilações que dificilmente não irritariam quem se dedica seriamente ao estudo das desigualdades e estruturas responsáveis pela opressão feminina. Ao falar sobre as mulheres e demonstrando muito pouca profundidade ao fazer referência à nomes como os de Marx, Engels e Freud, à Vilar falta muito mais do que conhecimento geral sobre a formação das sociedades ocidentais, das quais ela se apropria de modo extremamente superficial. Faltam principalmente dados e trabalho investigativo que lhe respaldem suas digressões.

Conforme já antecipado, Vilar, sem se referir explícita e diretamente às feministas, sustenta, por todo o livro, a “tese” de que os homens é que são escravizados pelas mulheres e logo nas primeiras páginas, afirma que “as mulheres exploram os homens. Mas os homens são fortes, inteligentes e imaginativos. As mulheres, fracas, estúpidas e sem imaginação. Então, por que motivo são os homens explorados pelas mulheres e não o contrário?” (VILAR, 1972a, p. 11). E é em torno dessa pergunta que Vilar rodopia em digressões e distorções para afirmar que as sociedades ocidentais industrializadas são resultado de um não tão complexo jogo manipulativo engendrado pelas mulheres. Do domínio do cristianismo ao fascismo, todos os acontecimentos são imputados à culpa feminina.

Tomada por rompantes extremamente misóginos, Vilar imputa às mulheres qualificativos que as caracterizam como seres que “não servem para nada” (VILAR, 1972a, p. 11), “estúpida e parasita” (idem, p. 25), “imitação de uma criança” (idem, p. 34-35), “preguiçosas, estúpidas e materialmente mais exigentes” (idem, p. 46), entre tantas outras acusações e xingamentos. Sem apresentar dados estatísticos, informa que, através “de um sistema primitivo, mas eficiente de exploração direta, casamento, divórcio, sucessão, seguros de viuvez e de vida”, as mulheres “enriquecem incessantemente” (idem, p. 46) e assegura: “nos Estados Unidos, as mulheres dispõem de mais de metade da propriedade privada total” (idem, p. 46 – 47). Quanto ao homem, submetido desde cedo pela própria mãe e pelas professoras, “é amestrado” para se deixar explorar por todas as mulheres que lhe cruzarem o caminho e nisto se compraz com uma genuína “felicidade de escravo” (idem, p. 09 – 11).

Sempre com um olhar solidário aos homens, mas nunca às mulheres, Vilar empreende, na verdade, ao longo do seu livro, um repetitivo esforço de desumanização feminina, ao ponto de declarar que “um dos erros mais importantes que o homem está constantemente cometendo quando aprecia a mulher é considerá-la como uma sua igual, quer dizer, como um ser humano que funciona mais ou menos no mesmo plano de sentimentos e inteligência que ele.” (idem, p. 20). Com isto, segue operando com categorias opositoras e reducionistas, em que traz, em seu horizonte interpretativo, uma concepção

profundamente conservadora do passado pela qual ela observa, enxerga e interpreta mal a relação homem-mulher, sempre a partir da oposição maniqueísta em que a bondade é personificada no homem e a maldade (ou malícia) na mulher.

Traço importante de sua visão conservadora do mundo é a forma e a insistência pelas quais ela teima ao posicionar e ao definir o caráter masculino e feminino, sempre a partir do mundo do trabalho. Contingência do próprio momento em que ela mesma vivia, Vilar sequer consegue compreender que, na década de 1970, muito ainda havia a avançar na inserção da mulher no mercado de trabalho, mesmo em países ocidentais industrializados. Ao que parece intencionalmente, ela ignora até mesmo o fato de que, para muitos países europeus como é o caso da Alemanha, de onde ela escreve, as economias ainda estavam se recuperando da 2ª Guerra Mundial e que, portanto, nesse contexto, o cenário ainda era refratário à plena incorporação feminina.

Mesmo assim, ela persiste em sustentar, ao longo de todo o seu texto, que o homem é aquele que trabalha, enquanto “a mulher é uma pessoa que não trabalha” (VILAR, 1972a, p. 19) e segue, insistindo que “trabalhar é masculino, nada fazer é feminino” (idem, p. 61). Por vezes, reconhece que a mulher, na verdade, trabalha, mas quando o faz é de modo temporário, enquanto não casa, e sempre em serviços femininos que, para ela, significa dizer “leves”. Ao se referir ao trabalho doméstico, assegura: “é tão leve que em casas de saúde psiquiátricas é tradicionalmente feito pelos doentes que não servem para mais nada” (idem, p. 63), e, neste rumo, evadido de desdém e imprecações misóginas, Vilar avança em sua narrativa, menosprezando o trabalho realizado pelas mulheres e as formas de exploração a que são submetidas.

Em sua visão, “se a mulher, por conseguinte, durante esse longo período, não se libertou do seu ‘jugo’, só existe para isso uma explicação: esse jugo não existe” (idem, p. 24). De igual modo, entende que, para as mulheres, “escritórios, fábricas, colégios e universidades não são, por conseguinte, mais do que gigantescos mercados de casamentos” (idem, p. 142) que, por sua vez, segundo a autora, é, na verdade, o grande e único objetivo feminino: casar-se, pois, somente através do casamento é que a política de dominação feminina, através de práticas de amestramento e de táticas de manipulação, é consumada.

Obcecada, portanto, por este desejo, o de casar-se, as mulheres, por uma razão íntima e individual, não seriam capazes de valorizar a educação como forma de cultivar a própria inteligência, e muito menos o trabalho, pois, segundo ela, “à época em que exerce qualquer atividade profissional é para ela um tempo de flerte, encontros, brincadeiras, em que, como pretexto, ainda trabalha um pouco em assuntos que geralmente não envolvem qualquer responsabilidade” (idem, p. 143). E nisto residiria o verdadeiro motivo para que as empresas não contratassem as mulheres, preferindo a mão-de-obra masculina, pois, irresponsáveis que são, as mulheres não transmitiriam aos seus patrões a confiança necessária para que se acreditasse que seriam capazes de executar bem e com responsabilidade o trabalho atribuído.

Por outro lado, reconhecendo que há “exceções”, Vilar, em seus esforços taxonomistas, enumera as situações em que as mulheres trabalham por mais de 25 anos ininterruptos. São elas: “a) a mulher é casada com um ‘falhado’, ou seja, quando o homem é incompetente para ganhar sozinho dinheiro suficiente que lhe permita sustentar a casa e a família, o que necessariamente inclui a mulher; “b) a mulher não tem filhos por motivos biológicos”, neste caso, dada a ausência da prole, a mulher ficaria ainda mais desocupada do que “naturalmente” já seria e não suportando de fato o convívio com o esposo, com quem é casada apenas para escravizá-lo, se vê na imposição de ter que ocupar seu tempo com o trabalho fora de casa; “c) a mulher é feia”, e uma vez nesta situação estaria automaticamente desqualificada para disputar uma boa oportunidade no mercado de casamentos e, no máximo, conseguiria casar-se com um “falhado”, o que leva a explicação do item “a”; “d) a mulher é emancipada” e por esta condição é orgulhosa o suficiente para não aceitar a sua “real” inferioridade, preferindo enganar-se ao assumir trabalhos que, na verdade, são irrelevantes para a sociedade, ao mesmo tempo em que para autoafirmar o seu orgulho próprio organiza “os chamados movimentos de emancipação” e com o seu ativismo político transforma marido e filhos em seres infelizes – implícito está que, para a autora, o esposo de uma “mulher emancipada” é automaticamente um homem “falhado”; “e) a mulher interessa-se por determinada profissão” que muito excepcionalmente a leva sair de seu estado “natural” de parasitismo (idem, p. 147).

Ao encerrar o livro, conclui por defender que “o amor para a mulher significa poder. Para o homem, submissão. O amor para a mulher é pretexto para exploração comercial. Para o homem, um álibi impregnado de emoção para a sua escravatura” (idem, p. 155 – 156).

Passados três anos, Vilar torna a publicar o que provavelmente seria a continuação de “O Homem Dominado”: em 1974, ela lança “O Sexo Polígamo: o direito do homem a duas mulheres” em que renova suas crenças misóginas e expõe melhor seu compromisso com uma agenda conservadora, além de finalmente se pronunciar de modo direto contra algumas feministas a quem ela alcunha de “justiceiras” (VILAR, 1974a, p. 128). Contando “apenas” com 6 capítulos, Vilar, desta feita, se dedica, ao seu modo, a explicar por que os homens são polígamos para, em seguida, afirmar tal prática como um direito masculino. Na tentativa de envernizar sua misoginia em tons menos panfletários, ela ensaia, com esforço, alguma reflexão filosófica sobre o amor e seus tipos, bem como sobre o poder que emana das relações afetivas, mas principalmente sexuais, entre homens e mulheres.

Desacreditando da capacidade feminina de amar, Vilar considera que se trata de um atributo masculino que, para de fato existir em relação a uma mulher, depende inevitavelmente da desigualdade e do ciúme – o que pressupõe algum nível de violência. Abrindo o seu livro com uma cena fictícia de um rompimento amoroso em que um homem compreende as motivações da mulher para deixá-lo em favor de outro, a autora, na verdade, brinca com a ideia de que seja possível haver realmente amor em relações em que inexistem rompantes de sentimentos. Para ela, o amor entre um homem e uma mulher sempre é eivado de ciúme e nasce do desejo pela diferença e entende que “não é por acaso que se tornou

conhecida a fascinação exercida por pessoas de olhos azuis sobre as de olhos castanhos, ou de pessoas louras sobre morenas” (VILAR, 1974a, p. 16). Contudo, o entendimento de Vilar sobre o que pressupõe ser a desigualdade entre homens e mulheres não se encerra apenas em termos de diferenças físicas, mas passa também pela ideia de superioridade, pois, segundo a autora, um “par ideal” corresponderia aquele formado por um “casal em que o homem é superior à mulher em todos os sentidos” (idem, p. 35).

O rumo argumentativo de todo o livro se alinha, mais uma vez, em torno da solidariedade para com os homens enquanto as mulheres são tomadas por espantelhos a serem aviltadas em sua humanidade. Conduzindo a sua exposição de diatribes sempre no sentido de elogiar, afirmar e justificar a liberdade sexual masculina, Vilar ensaia, como justificativa psicanalítica para essa conduta, explicações biológicas com base na teoria dos instintos, segundo a qual todo ser humano, incluindo as crianças, é socialmente determinado por suas essências instintivas. No caso de homens e mulheres, dois seriam os instintos definidores de nossas práticas sociais: o de proteção e o sexual que, produziriam, respectivamente, “objetos” sociais diferentes, a saber, “objeto de proteção” e “objeto sexual”.

Na “complexa” concepção da autora, a mulher, por ser potencialmente gestante, estaria predisposta, por natureza, a conseguir diferenciar um do outro; mas, o homem, por não gerar vida em seu ventre, seria incapaz de tal distinção. Então, para Vilar, na difícil confusão que é ser homem, ele tende a assumir a mulher, ao mesmo tempo, como objeto de proteção e objeto sexual. Em busca de libertar-se de tal confusão, o homem, naturalmente, buscaria em diferentes mulheres a realização dos dois instintos. Daí a autora considerar natural que o homem se exceda em parceiras e práticas sexuais. O ponto final de sua reflexão sobre a poligamia é quando Vilar a considera um ato de traição não do homem em relação às mulheres, mas de um homem contra outro ao, através desta prática, monopolizar a maior quantidade possível de mulheres a ponto de deixar seus congêneres sem nenhuma.

Falando do acúmulo de mulheres como se falasse de um objeto qualquer, Vilar chega, inclusive, a comentar sobre o que ela afirma ser um estado de “bigamia institucionalizada” existente na América Latina, onde, o homem sempre dispõe de uma “casa grande”, lugar da esposa, e de uma “casa chica”, lugar da amante (VILAR, 1974a, p. 64). Neste ponto, a autora revela o quanto ela é incapaz de compreender as formas de opressão inauguradas pelo colonialismo moderno em que os regimes de dominação não se projetaram apenas no campo econômico, político e cultural, mas, sobretudo, no campo das relações de gênero, fundando em territórios extra europeus códigos e condutas responsáveis por inaugurar formas mais violentas e abjetas de violação feminina do que as já existentes e praticadas na própria Europa.

Deste modo, a diferença entre “O Homem Domado” (1972a) e “O Sexo Polígamo” (1974a) repousa nos ataques explícitos que Vilar dispensa diretamente contra as feministas no segundo livro. Enquanto no primeiro, ela parece insinuar referências às feministas ao falar em “mulheres emancipadas” que organizam “os chamados movimentos de emancipação” (VILAR, 1972a, p. 147); na segunda obra, Vilar chega mesmo a nomear

quem são suas interlocutoras a quem ela ataca chamando-as de “crianças públicas” (VILAR, 1974a, p. 121). Citando nominalmente Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Kate Millet, Germaine Greer, Ellen Frankfort e Gloria Steinem, Vilar repudia a atuação do *National Organization for Women* (NOW), alegando que a “libertação verbal feminina transformou-se numa verdadeira indústria, principalmente nos Estados Unidos” (idem, p. 123).

Sobre a atuação dessas feministas junto à mídia impressa, seja através da criação de revistas voltadas especialmente para o público feminino - como foi o caso da revista *Ms.* fundada por Gloria Steinem exatamente em 1971, no mesmo ano de lançamento de “O Homem Domado” - seja através da colaboração em jornais não-especializados, Vilar extrapola em sua crítica, assumindo tom ofensivo ao afirmar que:

As ‘páginas femininas’ levam sobre as outras seções dos jornais a vantagem de serem muito simples. Para colocar a escravidão feminina no pelourinho, a testemunha não precisa ter coragem (se ninguém é contra, não há inimigos), nem estilo (a maneira de escrever é indiferente, o principal é apresentar a mulher como escrava), nem conhecimentos técnicos (em caso de necessidade, basta a vagina como documentação profissional), nem ideias (que são sempre fornecidas pelos homens) (VILAR, 1974, p. 124, grifo nosso).

Além de acusar as feministas de desonestidade intelectual ao imputar-lhes a prática de fazer uso do sexo como recompensa pelo espaço profissional conquistado, Vilar adicionalmente atribui aos homens a capacidade de “ter ideias” e assim sustenta, por exemplo, que as ideias de Beauvoir, na verdade, eram de propriedade intelectual de Sartre.

Também surpreendente na atuação de Vilar era o fato de, já na década de 1970, ela desempenhar o seu papel de socióloga e antifeminista como intelectual pública que não se furtava à imprensa e se deixava entrevistar por diferentes tipos de veículos de comunicação, desde um circunspecto *The New York Times* (VILAR, 1972b), dos Estados Unidos, até um bufônico *O Pasquim* (VILAR, 1974b), do Brasil. Em ambos os jornais, a sua postura sempre foi, por um lado, a de se eximir de qualquer arrependimento sobre o caráter de seus livros que ela mesma considerava “agressivos” (VILAR, 1972b, s/p; 1974b, p. 5); e, por outro, de reafirmar a sua misoginia por considerar que, realmente, a culpa pela situação em que a mulher se encontra é, única e exclusivamente, dela mesma, pois “a mulher não faz nada com o tempo livre que tem. Quando casa, deixa de pensar, não pensa mais. Uma mulher casada não tem opinião própria, repete a opinião de seu marido. Não se interessa por política, no dia da eleição não sabe em quem votar. É uma verdadeira parasita” (VILAR, 1974b, p. 6).

As duas entrevistas não diferem muito entre si, sobretudo no que se refere ao conteúdo das respostas dadas por Vilar. Talvez a principal diferença seja o fato de que o *The New York Times* explicita a rejeição enfrentada pela autora germano-argentina quando em solo inglês, enquanto *O Pasquim* não expôs qualquer situação de oposição sofrida por Vilar durante sua visita ao Brasil. A exposição do episódio em que foi convidada, por um grupo de mulheres inglesas, a ir embora da Inglaterra, no entanto, não deve ser interpretada como um possível posicionamento contrário em relação à escritora. Ao contrário disso, ao longo da reportagem, é possível perceber certa empatia do jornal novaiorquino por Vilar, sobretudo ao

descrever as mulheres contrárias à Vilar como "matronas inglesas com chapéus nos seus cinquenta anos" (VILAR, 1972b, s/p), enquanto a escritora é apresentada como sendo uma jovem mulher de 36 anos, "de fala suave e delicada", mas que já "enfrentou as mulheres libertárias mais militantes, as donas de casa mais complacentes e os machos chauvinistas mais desafiadores." (idem).

Excetuando-se a descrição deste episódio e de alguns dados biográficos da escritora, o conteúdo da entrevista em si não difere muito do que consta no livro, tratando-se mais de uma reafirmação de Vilar às suas próprias ideias permeadas de misoginia e que durante a entrevista são repetidas à exaustão, a exemplo de sua "tese" de que o trabalho doméstico é leve e não consome mais do que duas horas diárias de uma mulher (VILAR, 1972b, s/p). Para ela, portanto, é fato que "uma mulher casada sempre tem a opção de casar-se ou não. Homens nunca tem" ou que "as mulheres trabalham por luxos, como cortinas de renda e tapetes de parede a parede. Os homens trabalham porque é da sua responsabilidade sustentar uma família." (idem).

Tratando-se notoriamente de material de divulgação publicitária, a entrevista ao *The York Times* cumpre, sobretudo, com a função de antecipar ao seu leitorado o que se encontra disponível em "O Homem Domado". Como encerramento da reportagem, Vilar sumariza: "Não estou interessada em revolução. Não quero que todas as regras mudem; as pessoas têm que encontrar suas próprias soluções. Apenas quero trazer à consciência de que são os homens que são escravizados – não as mulheres." (VILAR, 1972b, s/p)

De modo similar, as mesmas formulações também são repetidas na entrevista do *O Pasquim*, em 1974. Na ocasião, a escritora foi capa da edição n. 248 onde constava em tom jocoso e letras garrafais: "O Homem é mais bonito do que mulher", em evidente referência a sua refutação ao ideal kantiano de que a mulher corresponderia ao "belo sexo", pois, segundo ela, o homem, por sua inteligência é que seria dotado de incalculável beleza; já a mulher, "por sua estupidez", não passaria de "imitação de uma criança" (VILAR, 1972a, p. 34 – 35).

Do alto do apartamento de propriedade de Millôr Fernandes, na cobertura de um condomínio em Ipanema, bairro de classe média alta do Rio de Janeiro, Esther Vilar foi entrevistada pelo próprio Millôr Fernandes, além de Ziraldo, Jaguar, Chico Júnior e Jaime Bernardes. Na ocasião, ela se assumiu "fundamentalmente uma moralista", ativista em favor da aprovação de uma lei contra o aborto na Alemanha e apoiadora do Partido Liberal (VILAR, 1974b, p. 6-7). Dizendo-se sem "nenhum ideal", defendeu que "só pode haver soluções individuais" e assim justifica a sua negativa em sugerir saídas, alegando que não podia "generalizar soluções" (idem, p. 6). Sem demonstrar qualquer profundidade de conhecimento crítico sobre as dinâmicas de reinvenção das opressões capitalistas, Vilar assim resumiu a situação de homens e mulheres nesse contexto:

A cada dia que passa, a situação do homem piora e a da mulher melhora. As mulheres agora tem a pílula, os homens não. Os homens agora estão completamente dependentes das mulheres para terem filhos ou não. Esta decisão está nas mãos da mulher. Sobretudo nos países em que há o aborto (VILAR, 1974b, p. 6).

Sem especificar a que perfil de mulher está se referindo, Vilar acaba por generalizar em sua narrativa todas as mulheres, ignorando variantes socioeconômicas responsáveis por situá-las em posição de exploração nos espaços de trabalho extra doméstico e doméstico. Qual situação de quais homens piorou? E quais são as mulheres cuja situação de fato melhorou? Na continuidade de sua reflexão, a autora insiste unicamente nos supostos ganhos acumulados no campo da autonomia reprodutiva alcançada pelas mulheres através da pílula anticoncepcional. Mas, ainda assim, quais mulheres realmente passaram a ter autonomia reprodutiva através do acesso a métodos anticoncepcionais na década de 1970? Enfim, de quais mulheres Vilar está falando? Negras? Mestiças pobres? De quais países?

Ao *O Pasquim*, a escritora afirmou ter levado em consideração, as "mulheres dos países ocidentais industrializados. Sobretudo nos Estados Unidos, onde vivi três anos. Na França, onde vivo há meio ano. E, sobretudo, na Argentina, que é o país que melhor conheço" (VILAR, 1974b, p. 5). Contudo, os três países, por ela citados, ainda estavam longe de assegurar políticas de autonomia reprodutiva para as mulheres e certamente aquelas que tiveram sua situação melhorada não eram pertencentes às classes trabalhadoras, sobretudo negras e mestiças (HAMMER, 2002). Logo, Vilar narra para si mesma ao presumir seu leitorado como sendo seu espelho, ou seja, formado apenas por mulheres brancas, euramericanas, intelectualizadas e de classe média alta; mulheres com amplo acesso à métodos contraceptivos, à maquinário de serviço de limpeza doméstica, à serviço de creche e a bens de consumo fúteis, como cortinas rendadas e tapetes de parede-a-parede. Ainda assim, se era sobre essas mulheres que Vilar se referia, as suas narrativas não deixaram de ser equivocadas e misóginas.

Apesar disso, ao ser entrevistada pelo *O Pasquim*, Vilar parece ter recebido mais que simples empatia por parte de seus entrevistadores que a descreveram como uma mulher que "ao contrário de Betty¹⁵, não é de botar fora". No caso de Millôr Fernandes, especificamente, ele chegou mesmo a admitir que foi "aos poucos, sendo seduzido (epa!) pelo seu jeito tranquilo, seu riso sem sombra da ânsia neurótica das liberacionistas." (VILAR, 1974b, p. 5).

Sorte semelhante, no entanto, Vilar não teve ao aceitar participar de um debate televisionado pelo canal alemão WDR, no ano seguinte, em 1975. Ao ser interpelada pela jornalista e feminista alemã Alice Schwarzer, Vilar admitiu que os seus livros, mas, especialmente "O Sexo Polígamo", ponto central da alteração midiática, não se tratava de obra de uma "feminista em segredo" que, no íntimo, buscava provocar e incitar as mulheres para que promovessem um grande levante feminista. Ao contrário disso, Vilar, na ocasião, definiu-se como representante de um "feminismo feminino" ao contrário da própria Schwarzer que, em sua opinião, seria uma "feminista ortodoxa" ou uma "feminista masculina" que se comportava agressivamente como um homem, reivindicando ideias também masculinas (DEBATE..., 1975).

¹⁵ No caso, Millôr Fernandes se refere à Betty Friedan que também foi entrevistada pela equipe de *O Pasquim* três anos antes, em 1971.

Após trocarem acusações mútuas entre si de “fascistas”, Schwarzer conseguiu fundamentar melhor a sua acusação ao indicar que a bravata sustentada por Vilar em seus livros deveria ser, na verdade, criminalizada, por se tratar de ofensa agressiva promotora de ódio contra um grupo específico de seres humanos correspondente à metade da população mundial. Questionando, de modo incisivo, a sua oponente se ela teria a mesma coragem de publicar livro idêntico, contendo ataques e ofensas semelhantes, mas substituindo o termo "mulher"/"mulheres" por "negros" e/ou "judeus", Schwarzer não recebe nenhuma resposta. Diante do silêncio emoldurado numa expressão cínica de sua interlocutora, o debate até prossegue um pouco mais; mas, logo se encerra, sem lado vencedor, ao menos na perspectiva de Vilar para quem “num debate nenhuma das duas partes ganha. Sempre se sai com o mesmo ponto de vista que se mantinha antes do debate. Muda-se de opinião apenas durante [sic] alguns dias” (VILAR, 1974b, p. 5).

Considerações finais

Conforme demonstrado neste artigo, a produção de Esther Vilar (1972a, 1974a) opera no campo da reafirmação de essencialismos com base biológica, por exemplo, ao explicar a poligamia como um direito masculino ancorando-se tão somente numa suposta teoria dos instintos; ou ainda na condenação dos efeitos políticos do comportamento feminino, entendido como estratégia de dominação do trabalho dos homens através do sexo e do casamento. As suas "teses" marcam um momento específico, no século XX, através do qual algumas mulheres buscaram ser protagonistas de uma reivindicada "reação feminina" ao feminismo.

Essas mulheres, em geral, brancas, eurodescendentes, letradas - ou intelectualizadas, como preferia Soihet (2008) - e pertencentes às camadas sociais mais privilegiadas, tem defendido não haver necessidade de maiores lutas para a transformação do lugar das mulheres na sociedade, diante de uma realidade em que, supostamente, as conquistas no campo do direito político, da liberdade de expressão, do trabalho, da saúde e da educação são suficientes para a igualdade entre mulheres e homens. Para elas, ir além na reivindicação significa uma radicalização política que promoveria o desequilíbrio social e, como explicitado no caso de Vilar, de opressão e exploração sobre os homens.

Tanto quanto o seu pertencimento de cor/etnia, é o seu lugar de classe e de alinhamento político que delineia a sua visão de mundo cuja concepção não consegue comportar a possibilidade da existência de sociedades pautadas no ideal de igualdade entre homens e mulheres. Sendo assim, em sua interpretação antifeminista, harmonia social pressupõe hierarquias, o que, por sua vez, implica na existência de grupos que dominam e de grupos que são dominados. Logo, se os homens já não dominam mais as mulheres como antes, isto só pode significar que eles se tornaram dominados ou, de outro modo, se as mulheres vêm cada vez mais conseguindo se libertar de antigos grilhões (políticos, econômicos, culturais) é porque os homens é que estão sendo escravizados – por elas, como defendia Esther Vilar (1972a; 1974a)

Assim, essa tendência combate o feminismo através da rejeição de suas principais teses, como a relativização da violência contra as mulheres, sobretudo do estupro e do feminicídio; a negação da existência da opressão masculina contra as mulheres; e a disputa, no campo da moralidade, pelo controle das mudanças no campo da educação e da saúde (sexualidade, casamento e aborto), que acabam por inserir o antifeminismo em diálogo com as táticas de "guerra cultural" promovidas pela direita política a partir da segunda metade do século XX, caracterizada pela defesa da "família tradicional" contra o avanço das esquerdas.

Deste modo, a emergência dessas vozes antifeministas são muito mais expressão dos horizontes políticos de cada época do que mera manifestação desinteressada de opinião divergente. A ressonância dos livros de Esther Vilar na década de 1970 não foi evento fortuito; ao contrário disso, se constituiu muito mais como cavalo-de-batalha de grupos políticos conservadores que naquele momento, pós-1968, disputavam avidamente o voto de seu eleitorado. É nesse contexto que o feminismo é apropriado por um ambiente político hostil em que grupos de direita passam a reivindicar a tomada de votos de seu campo político opositor, "a esquerda". Não é acidental, portanto, que Vilar tenha estado pessoalmente na Alemanha, nos Estados Unidos e no Brasil para divulgar a sua obra. Os três países são sabidamente, em seus respectivos continentes, epicentros de irradiação de uma "nova direita" (HAMMER, 2002; FALUDI, 2001; VIDAL-NAQUET, 1988) que, a partir da década de 1970, se esforçará por traduzir as lutas políticas e econômicas, sobretudo das classes trabalhadoras, na forma despolitizada do que nomeiam de "guerra cultural".

Deste modo, foi a ressurgência da extrema direita, a partir da década de 2010, que passou a oferecer um novo espaço para a reutilização destes mesmos pressupostos conservadores da década de 1970, reaproveitando-os e reabilitando-os para o consumo massificado, agora turbinado pela oferta de plataformas e canais virtuais. A sua expansão nos mais diversos fóruns e movimentos, via internet, em contato também com valores morais tradicionais, é o que vai possibilitar o seu requentar como novidade. É por essa razão, assim entendemos, que se faz necessária e importante a análise da historicidade destas ideias e da sua propagação.

Neste ano de 2021, completa-se exatamente 50 anos da publicação de "O Homem Domado" e nisto não há nada a ser comemorado. Pelo contrário, há muito para ser discutido sobre, mas nunca dialogado com; pois, como diria Pierre Vidal-Naquet (1988), um diálogo, ainda que entre opositores e rivais, pressupõe "um terreno comum, um respeito comum, no caso, pela verdade" (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 11). Sendo assim, tanto para a leitura quanto para a crítica da obra de Vilar, é recomendável seguir as orientações deixadas por Vidal-Naquet ao nos ensinar que "podemos e devemos discutir sobre os revisionistas, podemos analisar seus textos como fazemos a anatomia de uma mentira: podemos e devemos analisar seu lugar específico na configuração das ideologias, questionar-nos sobre o porquê e como apareceram, mas não discutir com os revisionistas" (idem, *ibidem*. Grifos nossos).

Foi seguindo essas recomendações que acredito ter revisitado a obra de Esther Vilar a quem nunca devemos esquecer, para que nunca deixemos de combater.

Referências bibliográficas

ABREU, Sergiana Cortez de. *O contradiscurso de resistência feminista em interações online: estratégias no combate ao antifeminismo*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFC). Fortaleza, 2020.

ANJOS, Júlia Cavalcanti Versiani dos. *Megeiras (in)domadas: discursos de ódio antifeminista nas redes sociais*. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (UFRJ). Rio de Janeiro, 2019.

BARDIN Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENOIST, Alain de. *L'ideas à l'endroit*. Paris. Editions Libres Hallier, 1979.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Feminismo: perversão e subversão*. Campinas: Vide Editorial, 2019.

CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. Antifeminismo. *Revista de Estudos da Cultura*, n. 01, jan. – abril 2015, p. 33 – 42.

DEBATE ESTHER VILAR VS ALICE SCHWARZER. 06 de fevereiro de 1975 (42 min. 40 seg.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m6OWA80zUkk> Acesso em: 13 de maio de 2021.

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não-declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. O pensamento antifeminista, a querela dos sexos. *História Revista*. V. 9, n. 2, p. 227 – 252, jul./dez. 2004.

HAMMER, Rhonda. *Antifeminism and Family Terrorism: a critical feminist perspective*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Estudos Feministas*. V. 17, n. 1, p. 215 – 241, 2009.

HOOKS, Bell. *Teoria Feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime – ensaio sobre as doenças mentais*. Joiville: Clube de Autores, 2020.

LUKAS, Carrie. *The politically incorrect guide to women, sex, and feminism*. Massachusetts: Regnery Publishing, 2006.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. *Tábula Rasa*. Bogotá, n. 09, jul/dez 2008, p. 73 – 101.

MELLO, Soraia Carolina de. Cláudia nas décadas de 1970 – 1980: feminismo, antifeminismo e a superação de um suposto passado radical. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 2, Florianópolis, Agosto 2019, p. 01 – 14.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Prefácio. IN: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação*

dos direitos da mulher. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 7 – 16.

NÓRDICA. Disponível em: <http://www.editoras.com/nordica/edit051.htm>. Último acesso: 13/05/2021.

PAGLIA, Camille. *Vamps & Tramps: new essays*. New York: Vintage Books, 1994.

_____. *Sexual Personae: art and decadence from Nefertiti to Emily Dickinson*. Pennsylvania: Yale University Press, 2001.

_____. *Mulheres livres. Homens livres. Sexo, gênero e feminismo*. Lisboa: Quetzal, 2018.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Neoconservadorismo e Direita Religiosa nos Estados Unidos: formação ideológica, “guerra cultural” e política externa. *Espaço Plural*. V. XV, n. 31, p. 43 – 61, julho – dezembro 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou, Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, Frederico Rios C. dos. O que se entende por retórica da Guerra cultural. *Domínios de Linguagem*. Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 180 – 227, jan. – mar. 2021.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 765-799, dezembro 2006.

SILVA, Francisco Vieira da; CARLOS, Livia Alves Monteiro. A irrupção de discursos antifeministas no Facebook: uma análise da página “Mulheres contra o Feminismo”. *Discursividades*. V. 1, n. 1, p. 68 – 90, Out. 2017.

SOIHET, Rachel. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? *Estudos de Sociologia*. Araraquara, v. 13, n. 24, p. 191 – 207, 2008.

_____. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591 – 611, set – dez 2005.

_____. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 7 – 29, 1997.

SOMMERS, Christina Hoff. *Who stole feminism? How women have betrayed women*. New York: Simon & Schuster, 1994.

SOUZA, Vitória Diniz de. A violência simbólica e o antifeminismo: uma análise da revista Era Nova (Parahyba, 1920). *Aedos*. Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 367 – 387, Ago 2019.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papyrus, 1988.

VILAR, Esther. *O Homem Domado*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1972a.

_____. Interview “She says it’s men who are enslaved”. *The New York Times*. New York, Special Edition. 13 de junho de 1972 (1972b). Disponível em: <https://www.nytimes.com/1972/06/13/archives/she-says-its-the-men-who-are->

enslaved.html

_____. *O Sexo Polígamo*: o direito do homem a duas mulheres. Rio de Janeiro: Nórdica, 1974a.

_____. Entrevista “Os homens querem ser escravos das mulheres”. *O Pasquim*. Rio de Janeiro, n. 248, p. 5 – 7, 2 a 8 de abril de 1974b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=8245>

ZIMBERG, Gabriela. *O antifeminismo*: mapeamento dos discursos antagonistas do movimento feminista na internet. (Dissertação). Mestrado em Comunicação e Semiótica (PUC). São Paulo, 2018.